



COMISSÃO ESPECIAL DE FUTUROS

(Sessão realizada em 23 de novembro de 2021).

SENHOR PRESIDENTE.- Havendo quórum, está aberta a sessão.

(São 14h09).

–De acordo com o segundo item da pauta, damos as boas-vindas às senhoras Celia Ortega e Valeria Bolla, representante residente e oficial de Assuntos Externos do Banco Mundial, respectivamente, que apresentarão o diagnóstico sistemático do país elaborado por esse organismo.

Agradecemos também a participação nesta reunião, de forma virtual, da senhora Lourdes Rodríguez Chamussy, economista sênior em Pobreza e Equidade do Banco Mundial; do senhor Fernando Giuliano, também economista sênior em Macroeconomia e Gestão Fiscal, e do senhor Marcos Larizza, especialista sênior em Políticas Públicas, Governança e Setor Público.

Cumprimentamos os legisladores integrantes desta comissão e também a senhora Lydia Garrido, que nos acompanha neste processo.

Tivemos a oportunidade de ler um relatório chamado «Justo a tiempo», concluído em 2020, que vamos distribuir aos membros desta comissão porque realmente é muito interessante, de enorme utilidade para todos nós, e provavelmente depois teremos uma oportunidade para refletir sobre o seu conteúdo.

Tem a palavra a senhora Ortega.

SENHORA ORTEGA.- Boa tarde.

Muitíssimo obrigada por nos receberem novamente, nesta mesma sala em que estivemos em 27 de setembro, quando foi lançada a Comissão Especial de Futuros, uma iniciativa que nos entusiasmou e continua nos entusiasmando hoje, porque pensamos que realmente precisamos pensar «justo a tiempo» – como mencionou o senhor presidente da comissão – nos desafios demográficos e tecnológicos, no capital humano e no trabalho que vem por aí. Por isso, estamos muito comprometidos com esta agenda na qual temos trabalhado.

Realizamos numerosos estudos e, pessoalmente, acho relevante compartilhá-los. Um deles é a publicação que já foi mencionada aqui, chamada «Justo a tiempo», que fizemos chegar aos escritórios há algumas semanas. Assim que tiverem conseguido dar uma olhada, nos oferecemos para trazer os autores para compartilhar, discutir e criticar, como forma de fornecer subsídios a esta comissão assessora. Nesse caso, estamos falando de um tema muito mais restrito do que a agenda da comissão; hoje vamos olhar para um marco mais amplo e ter algo como a visão do Google Earth – como sempre digo – quando damos o zoom out e saímos do nosso bairro, da nossa cidade, do Uruguai e de repente se vê o mundo todo. É uma perspectiva que me parece tremendamente necessária para depois seguir os passos da agenda de transformação econômica do país.

Meus colegas Fernando Giuliano, Lourdes Rodríguez e Marco Larizza formam uma equipe que trabalha há um ano na atualização do que chamamos de diagnóstico sistêmico de país, que fazemos a cada cinco anos em todos os países do mundo e que acompanha, basicamente, os vetores de crescimento e de desenvolvimento. Muitas vezes nos perguntamos se este veículo que nos trouxe até aqui será o que nos levará mais além. Quais são os elementos mais críticos da economia? Quais são os mais importantes e quais os mais urgentes?

Desta vez eles atualizaram o documento de 2015 porque perceberam que não mudou muito, ou seja, não há grandes mudanças desde aquele ano, mas é verdade que as coisas estão ficando mais prementes, mais urgentes e que realmente é preciso mais ação por parte dos tomadores de decisão.

Este é um documento que ainda não publicamos, que enviaremos à diretoria do banco e que depois será tornado público; aliás, amanhã vamos compartilhá-lo com o Ministério da Fazenda.

Estamos num momento em que delimitamos os temas que nos parecem mais fundamentais para que o Uruguai continue tendo a renda per capita que merece, para que fique ancorada e não retrocedamos, mas, sobretudo, para voltar a crescer, e nisso veremos de novo que o fator humano desempenha um papel fundamental.

Não vou me estender mais e passo a palavra a Fernando Giuliano, que vai começar a apresentação.

SENHOR GIULIANO.- Muito obrigado.

É uma honra e um prazer estar aqui e poder compartilhar nosso trabalho com vocês.

Na minha tela vocês poderão ver a apresentação.

(Exibem-se slides).

–Como disse Celia Ortega, este trabalho foi liderado por Marco Larizza, Lourdes Rodríguez e por mim, que lhes falo, ao longo do último ano. É a atualização de um trabalho de diagnóstico mais abrangente que foi realizado em 2015 porque, justamente, vimos que na verdade os principais problemas ou entraves no processo de crescimento inclusivo que foram identificados naquele ano continuam presentes hoje e continuam tendo a qualidade de principais.

O contexto mudou de maneira notável; em 2015 a economia ainda estava crescendo fortemente, mas já naquele momento foram identificados certos aspectos que hoje continuam sendo relevantes. Este trabalho subsidia o marco de parceria do Banco Mundial com o país, que será realizado no próximo ano calendário.

Queremos compartilhar com vocês a narrativa, isto é, como nós vemos esse processo de crescimento inclusivo que vem ocorrendo no Uruguai desde a última grande crise econômica, quais foram as mudanças que ocorreram nesse processo e quais foram os principais fatores que influenciaram, para depois passar a identificar os aspectos mais importantes que, acreditamos, estão influenciando a desaceleração do crescimento que se observou nos últimos anos.

Nós vemos o processo de crescimento inclusivo que ocorreu entre 2003 e 2019 de forma geral – mas entre 2003 e 2015 de maneira mais forte e conclusiva – como o resultado da conjunção de diversos aspectos, alguns relacionados com forças históricas do Uruguai e outros com elementos de algum grau de novidade. Entre os primeiros, o principal fator de força histórica que acreditamos ter contribuído para o bom desempenho econômico entre 2003 e 2009 foi esse contrato social sólido uruguaio, esse valor pela democracia, pelo diálogo civil e pela polarização relativamente baixa. Isso caracterizou o Uruguai desde sempre, mas, claramente, por si só não foi suficiente, em épocas passadas, para impulsionar um processo importante de crescimento inclusivo. A esse elemento, nos anos que se seguiram à crise, somaram-se alguns outros mais ou menos novos que ajudaram a produzir esses resultados bem-sucedidos. Em primeiro lugar, houve uma boa gestão macroeconômica; a política fiscal, a política monetária mais prudente, o câmbio flexível, toda essa classe de fatores ajudou nos resultados econômicos que vimos nesse período.

Outro elemento importante, também, é a menor exposição regional, principalmente com os países vizinhos, Argentina e Brasil; dadas as suas oscilações macroeconômicas, descolar-se em parte deles em termos financeiros e comerciais acabou sendo proveitoso para o Uruguai.

Por fim, destacamos um conjunto de políticas sociais efetivas. Isso também tem uma mistura de componente novo e força histórica uruguaia; parte do contrato social sólido tem a ver com uma rede de proteção social forte, pelo menos em termos regionais. Durante o processo que ocorreu entre 2003 e 2015 houve políticas que reforçaram essas políticas sociais e acreditamos que, em conjunto, uma vez que se combinaram com condições externas muito favoráveis – que afetaram positivamente não só o Uruguai, mas toda a região – resultaram nesse crescimento inclusivo, com os

melhores resultados da história do país, poderíamos dizer, se olharmos tanto o lado do crescimento quanto o da inclusão. O país alcançou o status de renda alta e a classificação de grau de investimento.

Ora, esse processo virtuoso que combinou esses fatores começou a perder impulso a partir de 2015. Se olharmos o crescimento econômico, vemos que as taxas altas de crescimento duraram até 2014 ou 2015, mas dali em diante houve uma desaceleração muito pronunciada, passando de uma média de 5 % para menos de 1 %. A revisão das contas nacionais mostrou um filme ainda pior. Isso é antes da crise da covid em 2020. Quer dizer que o modelo já vinha mostrando algumas falhas, reitero, mesmo antes do advento da pandemia. Isso tem seu correlato, também, em questões ligadas à pobreza e à inclusão.

Agora passo a palavra à minha colega Lourdes Rodríguez.

SENHORA RODRÍGUEZ.- Efetivamente, associada a esse processo de estagnação do crescimento, a redução da pobreza também foi afetada, sobretudo porque o principal motor por trás de uma redução de pobreza bastante bem-sucedida desde 2006, que era a renda do trabalho, praticamente não esteve presente depois de 2015. O que restava como fator determinante, que ainda contribuía para a redução da pobreza, eram as transferências de programas sociais, algo que, claramente, ajuda a sustentar os mais vulneráveis, mas não é o fator que vai impulsionar segmentos importantes da população para a classe média. Então, o processo, que tinha sido bastante bem-sucedido, de ir incorporando população à classe média fica estagnado a partir de 2015; mesmo antes da pandemia já se via uma incipiente reversão da tendência em termos de pobreza. Claramente há, além disso, restrições estruturais que impediram a convergência entre grupos; portanto, apesar de terem sido feitos avanços importantes na redução da pobreza de todos os grupos, sempre vai ficando uma lacuna entre os diferentes grupos de idade –as crianças e os adolescentes ainda representam o maior grupo de incidência de pobreza–, com a população afrodescendente e por área geográfica, porque continua existindo um fenômeno de maior pobreza em Montevideo e no norte do país.

Essa desaceleração, essa estagnação do processo de redução da pobreza ocorre num contexto de vários desafios para o Uruguai: certamente, um espaço fiscal limitado; uma condição de transição demográfica em que já resta pouco espaço do bônus demográfico, porque logo a razão da população economicamente ativa vai se reverter –o que dá um caráter de urgência ao melhor uso dos recursos humanos para a produtividade e para fazer a economia crescer–, e um contexto de dimensões sobrepostas de exclusão em alguns grupos da população. Falamos, por exemplo, de que a pobreza se concentra no norte e em alguns dos municípios de Montevideo, onde muitas vezes vemos uma sobreposição de dimensões de carência: carência de moradia e de acesso a certos serviços, falta de renda e de possibilidades de melhorar o capital humano dessa população.

Além disso, essas dinâmicas perpetuam os desequilíbrios intergeracionais e as lacunas de gênero que, pelo menos na participação laboral, ainda são importantes para o Uruguai. Apesar de ser o país que tem o melhor indicador da região em termos de desigualdade, quando analisamos por decís de renda, o Uruguai ainda não se posiciona tão bem em termos de paridade entre homens e mulheres na participação laboral: apenas metade das mulheres está participando do mercado de trabalho. Por último, a mudança climática, que não é nova, é outro dos desafios enfrentados e que acentuam algumas das prioridades para o Uruguai.

Nesse contexto vem a pandemia, que faz com que alguns desses desafios se tornem mais importantes ou ganhem maior preeminência. Por exemplo, é preciso prestar uma atenção mais pontual à dívida; têm mais urgência do que nunca a necessidade de desenvolver as capacidades educacionais e, com elas, fazer uso da mudança tecnológica, a redução da segregação, das barreiras à participação laboral das mulheres e, obviamente, a atenção às desigualdades no acesso à infraestrutura de serviços básicos. A pandemia traz problemas adicionais –que talvez ainda não tenhamos bem mensurados– em termos de retrocesso nas dimensões de educação e saúde, sobretudo, e de alguma reversão de conquistas que o Uruguai havia tido em lacunas de gênero, na participação econômica das mulheres.

Claro, a pandemia também traz oportunidades. Por exemplo, há uma modernização acelerada em áreas como a telemedicina, a estatística, a economia digital e, claramente, é um momento importante e fundamental para aproveitá-las. Nesse contexto, as áreas críticas que a análise que fizemos identifica para revitalizar o desenvolvimento são quatro, e de cada uma fazemos outra análise mais aprofundada sobre as restrições institucionais. As quatro áreas críticas têm a ver com criar as condições para uma economia mais competitiva e global; transformar o sistema de educação, já que claramente há consenso no Uruguai, de modo a melhorar os resultados de aprendizagem e sua relevância, sobretudo para o mercado de trabalho; melhorar a qualidade da infraestrutura nos serviços básicos e o respectivo acesso da população, e promover o crescimento verde fortalecendo os mercados, de maneira que sejam criados empregos de qualidade e haja resiliência diante da mudança climática.

Como eu dizia, temos uma visão transversal – digamos – desses desafios, com o elemento de inclusão – de modo que a população como um todo seja considerada para melhorá-los –, e por trás deles fazemos uma análise aprofundada sobre as restrições subjacentes em termos institucionais. Nesse sentido, se o senhor presidente considerar conveniente, meu colega, Marco Larizza, poderá explicar qual é o nosso marco conceitual e o que encontramos nessa análise institucional.

Muito obrigada.

SENHOR LARIZZA.- Antes de entrar no tema do que fizemos no aspecto funcional, talvez fosse bom enfatizar por que estamos fazendo isso.

Como dizia a senhora Rodríguez, um dos valores agregados deste diagnóstico é ir um pouco além dos temas setoriais e identificar como a arquitetura institucional poderia ser uma contribuição ou um impedimento para o desenvolvimento. Essa perspectiva se justifica com a literatura existente em nível global e também com a experiência histórica de outros países, que mostram que, uma vez que se chega a um nível médio-alto de desenvolvimento, em certa medida as instituições se adaptam ou mudam em relação a um contexto econômico ou a um poder econômico em mudança. Esse é um dos fatores que explica o sucesso dessas economias; são as que mais crescem, as que conseguem sustentar esse crescimento e são os países que tiveram sucesso ao mudar as regras ou adaptar a arquitetura institucional ao novo contexto econômico. Esta é um pouco a motivação.

Em suma, o que fizemos foi começar com um mapeamento; aliás, desenvolvemos um novo marco conceitual que olha diferentes dimensões institucionais que são importantes para cada país e as mapeamos com indicadores internacionais que existem no mercado para ver como o Uruguai se situava em relação a cada uma dessas dimensões. Poderíamos dizer que medimos a qualidade do capital institucional em relação a duas dimensões para ver onde o Uruguai se situava em temas de desempenho no que se refere à fronteira global e também – talvez o mais importante neste contexto – qual é o seu próprio desempenho com respeito aos grupos de comparação. Aqui comparamos o Uruguai não somente com as maiores economias da América Latina – ou seja, com a região –, mas também com economias que estão no mesmo nível de renda e com os comparadores aspiracionais, isto é, com as economias da OCDE.

Esta análise empírica mostra que há elementos de força e elementos de capital institucional. Não é novo nem surpreende ninguém o fato de que, no tocante às relações com instituições políticas ou sociais, o Uruguai tem capitais muito fortes, e isso se relaciona não somente com a qualidade da democracia, mas também com um processo decisório muito inclusivo, um contrato social forte – como foi mencionado antes – e relações trabalhistas que oferecem direitos e proteções aos trabalhadores. São aspectos que estão muito avançados em relação aos comparadores.

No entanto, ainda há outras áreas – como mostra este trabalho comparativo na zona marcada em vermelho – nas quais o desempenho é muito fraco em relação aos comparadores.

Então, há um núcleo duro das funções que são importantes no nível do Estado onde o desempenho é fraco, como a gestão do setor público, isto é, em temas de gestão de recursos humanos, a prática de altas precisões ou a capacidade de coordenar entre os diferentes níveis de governo, bem como temas relacionados à governança das empresas públicas e todas as instituições que têm a ver com o comércio e os negócios. Refiro-me a que a arquitetura institucional não serve ou não é funcional na hora de abordar os resultados em temas de desenvolvimento ou de estratégias setoriais.

Por que isso acontece? Precisamente, na parte final do documento observa-se como esses elementos afetam os resultados em temas de desenvolvimento e qual é a relação entre a arquitetura institucional e as lacunas e desafios de desenvolvimento que estamos identificando. E isso vamos fazer em cada área.

SENHOR GIULIANO.- Assim como menciona Marco Larizza, dadas essas restrições institucionais em nível geral, o próximo passo é tentar ver em cada uma das áreas identificadas como elas afetam ou quais são, com um nível menor de granularidade, as restrições que afetam especificamente cada uma das áreas críticas que apresentamos antes.

A primeira delas é criar as condições para uma economia mais competitiva integrada globalmente. Desde que fizemos o diagnóstico em 2015, a integração do Uruguai ao comércio internacional foi se ressentindo e sua produtividade agregada desacelerou e chegou até a se tornar negativa. A ideia de que o Uruguai se tornou um país caro e pouco competitivo com o mundo está mais patente do que nunca, e isso se vê nos resultados. O comércio em relação ao PIB caiu para menos de 50 %, tendo chegado a ter um pico de 65 %. Outros aspectos, como o setor financeiro pequeno e superficial, acreditamos que continuam tendo uma importância relevante nos resultados de competitividade do Uruguai. Também destacamos as tensões entre a importância da competitividade para ganhar produtividade e a preferência por um Estado forte com um mercado de trabalho regulado, e é claro também tudo o que tem a ver com a inclusão das mulheres no mercado de trabalho. Está-se deixando muito na mesa pelo fato de não ter uma grande parte das mulheres integradas nos mercados de trabalho.

Que tipos de questões identificamos como fatores institucionais que afetam os resultados relacionados à competitividade e à integração global? Ali são mostrados alguns exemplos. Nas outras áreas temos algum grau a mais de detalhe, mas, por exemplo, vemos o acesso limitado a mercados externos que deriva das restrições autoimpostas pelo Mercosul. Uma questão que também identificamos e sobre a qual falamos bastante em detalhe são as fragilidades no marco da concorrência. Observa-se fragmentação das diversas autoridades encarregadas de questões relacionadas à concorrência, em termos de empoderamento da comissão de concorrência e das faculdades para fazer cumprir a lei, entre outros. Ao mesmo tempo, identificamos a pressão que o sistema de pensões exerce sobre as contas fiscais como uma questão relacionada à competitividade geral da economia. Um déficit fiscal maior desvia recursos do setor privado, aumenta os riscos macroeconômicos, eleva a taxa à qual podem ter acesso as empresas que têm acesso ao mercado financeiro, etc. Estes são simplesmente alguns dos elementos ou fatores institucionais que identificamos como relacionados a esta área crítica I. Minha colega, a economista Rodríguez, vai falar sobre o que diz respeito à área crítica II.

SENHORA RODRÍGUEZ.- Trata-se do que havíamos conversado a respeito do consenso sobre a necessidade de transformar o sistema de educação e melhorar os resultados de aprendizagem e, além disso, sua relevância para o trabalho.

Um dado que é bastante impressionante: a expectativa para uma criança uruguaia que nasce hoje é a de que, quando completar dezoito anos, alcançará apenas 60 % do seu potencial produtivo. Isso, claramente, requer uma transformação em termos de como se desenvolve o capital humano e dos incentivos que os jovens de hoje têm para continuar na escola. 43 % acreditam que a educação não os prepara para trabalhos no futuro, e isso se compara com 36 % na região. 15 % dos jovens homens não estão escolarizados; isso corresponde ao dobro da média dos países da OCDE e ao triplo da taxa dos pares estruturais. Além disso, como havíamos comentado, há dimensões de instituição sobrepostas, de modo que há um alto gradiente por grupo de renda. Isso vocês podem ver no gráfico. O Uruguai tem os níveis mais baixos em termos da taxa de conclusão do ensino médio para os jovens que completaram vinte e dois anos. Isso é assim em comparação com as seis grandes economias da América Latina, com seus pares identificados como estruturais e com a OCDE, mas, além disso, o gradiente entre o quintil mais baixo de renda e o mais alto é muito alarmante em termos de heterogeneidade.

Por trás disso podemos diagnosticar alguns exemplos dos fatores institucionais vinculados a uma estrutura de governança que é fragmentada – é algo particular – no sistema educacional no Uruguai e que tem um impacto no monitoramento e em como se chega aos indicadores de qualidade da educação. Há certa rigidez nas práticas de gestão dos recursos humanos dos professores e na sua interação como administradores também no sistema educacional e, além disso, uma imagem para aumentar a transparência no uso e na distribuição dos recursos públicos nas escolas. Estes são alguns exemplos dos fatores institucionais subjacentes nesta área.

À área crítica III, se o senhor presidente permitir, vai se referir o senhor Larizza.

SENHOR LARIZZA.- Em relação à infraestrutura nos serviços básicos, olhamos principalmente três setores: o de eletricidade, o de água e saneamento e o de transporte.

Olhamos os dados com um enfoque comparativo – qual é o desempenho do país, os desafios – e depois visualizamos os elementos funcionais subjacentes. Observando o que acontece, por exemplo, no setor da água, vemos que o acesso é bastante universal e o Uruguai se posiciona muito bem nesse sentido, mas a cobertura dos serviços de saneamento é bastante baixa. Há uma lacuna, como se mostra no gráfico: a proporção da população que tem acesso à água limpa e a esses serviços é muito menor em relação aos dados comparativos regionais, estruturais e dos países da OCDE.

No caso da eletricidade é diferente porque ainda não há um problema de acesso. Refiro-me ao tema da eficiência, como, por exemplo, a interrupção dos serviços elétricos, ou da qualidade e dos preços no que diz respeito às tarifas, sobretudo em nível residencial. Há preços mais altos em outros países. No tema do transporte, o problema é o impedimento para a atividade econômica, conforme mostram as diferentes pesquisas.

Então, os fatores são múltiplos. No capítulo há uma análise muito detalhada. Aqui destacamos somente o tema da governança das empresas públicas, como podem ser a OSE e a UTE. É importante olhar quais podem ser os fatores transversais que contribuem para esses resultados. As empresas públicas no Uruguai têm um papel-chave, mas ainda não está claro como seu desempenho é avaliado e monitorado. Isso é um desafio, porque às vezes os objetivos estratégicos em nível geral estão bem esclarecidos, mas não há objetivos de desempenho definidos. Inclusive, às vezes os objetivos não estão bem claros ao separar, por exemplo, os objetivos comerciais dos objetivos sociais. Então, essa falta de clareza impede que diferentes atores possam monitorar seu desempenho de maneira eficaz.

O outro desafio que destacamos é a falta de independência. Talvez a tarefa da Ursea, de determinar tarifas, possa ser fortalecida e melhore o desempenho em função desses indicadores que destacamos.

O último ponto que vamos considerar é o relacionado ao crescimento. É um capítulo muito rico onde se identificam elementos setoriais e transversais que o Uruguai tem que abordar. O nosso país se posiciona muito bem neste tema. Na economia foram feitos muitos avanços importantes. O contexto global ainda está mudando por causa dos eventos climáticos, que são mais recorrentes, e o país tem que lidar com eles. Também há desafios em temas como o manejo da intensificação da atividade agropecuária – que é um setor-chave para a economia – e o da conservação ou proteção do capital natural. Trata-se de evitar a intensificação da produção agrícola porque ela pode impactar, por exemplo, a qualidade da água ou gerar efeitos negativos em setores como o turismo. Então, como se desenvolve o capital comparativo e como se protege o capital natural é um desafio importante.

Há temas funcionais que devem ser abordados para assegurar o alcance desses objetivos. Deve-se gerir melhor o sistema de orçamento em relação a questões da mudança climática. Para assegurar um monitoramento dos compromissos internacionais, é importante a rastreabilidade. É fundamental que no mecanismo orçamentário se identifiquem os investimentos para o tema da agenda climática. Outros países já estão fazendo isso e o Uruguai está um pouco atrasado nesse sentido.

Outro elemento é o tema da coordenação, e não somente em nível central, entre diferentes agências de governo – e isso, com a criação do Ministério do Turismo, pode ser um avanço muito importante –, pois há diferentes áreas em que a coordenação vertical. Ou seja, é necessário um fortalecimento entre os diferentes níveis de governo, com os municípios e os departamentos, para abordar esses desafios. Essa é outra área em que identificamos elementos de fragilidade.

SENHOR GIULIANO.- Com isso terminamos nossa apresentação. Deixamos colocadas algumas perguntas para iniciar a discussão. Este relatório, que está quase finalizado, será curto, mas fará referência a muitos dos trabalhos analíticos que viemos fazendo, então, se tiverem algum interesse em particular por algum dos temas, poderão buscar nos relatórios adicionais mais detalhes sobre cada uma das áreas.

Muito obrigado por nos ouvirem e estamos à disposição para os comentários ou sugestões de vocês.

SENHOR PRESIDENTE.- Muito obrigado a vocês.

Naturalmente, para nós é um insumo muito importante. Não se pode pensar em metodologias de antecipação nos desafios a abordar se não se parte da realidade. A perspectiva do Banco Mundial, sobretudo considerando que vocês vêm fazendo isso há muito tempo – vocês diziam que esta é uma atualização do relatório –, será, sem dúvida, de grande utilidade.

Não sei se os membros da comissão querem fazer perguntas ou comentários.

SENHOR CARBALLO.- Agradecemos à delegação do Banco Mundial.

Compartilhamos as expressões que o presidente formulava há alguns momentos, no sentido de que são insumos muito importantes para a tarefa e o trabalho que temos que desenvolver nesta comissão.

Concordo com o nível de crescimento que o país teve desde 2003, 2004 e 2005 até 2015. Sinto que, efetivamente, nesse período houve um crescimento muito importante.

Acho que seria bom poder aprofundar alguns dos temas. Um deles tem a ver com a situação demográfica do país. Na introdução se dizia que um dos temas estava vinculado à situação demográfica e à tecnológica, mas o demográfico me parece que deveria ser central. Além disso, é preciso levar em conta como as populações migrantes entram nesse tratamento, já que hoje estamos tendo, por sorte, uma entrada importante de gente de fora do país que, em grande medida – e falando rápido e mal –, vem nos salvando as finanças. Nesse caso, seria preciso pensar em quais deveriam ser os estímulos, dada a baixa natalidade que temos no país. Parece-me que é um assunto realmente importante.

Na agenda de trabalho desta comissão está tudo o que se vincula ao meio ambiente e, já que se falou do transporte, tudo o que diz respeito ao uso da eletricidade. Necessariamente deve-se raciocinar na direção do transporte individual e de tudo o que esteja vinculado ao transporte elétrico. Isso faz parte de determinadas políticas que seria preciso pensar, sobretudo no que tem a ver com a parte de impostos. Algo que não é menor, também vinculado ao meio ambiente, é a pecuária e a eletricidade, que foi um dos temas colocados. Acho que também deveríamos olhar para esse tema.

E uma última coisa está vinculada a esse crescimento e ao seu impacto sobre determinadas populações. Gostaria de pedir que, se puderem, se estendam nesse sentido. Falou-se da população afrodescendente ou afro-uruguaia. Talvez para a nossa tarefa e trabalho seria bom contar com um pouco mais de informação a respeito desse tema.

Muito obrigado.

SENHORA SANGUINETTI.- Cumprimento a delegação e agradeço a apresentação realizada, que foi muito interessante. Acho que se abriram muitíssimas áreas sobre as quais poderíamos falar durante horas, mas gostaria, simplesmente, de pôr o foco num tema que foi mencionado como que de passagem; refiro-me ao consenso para transformar o sistema educacional. Acho que aqui está em jogo o futuro do Uruguai em relação a um dos temas que, por ora, em nível pessoal, considero mais premente. Acho que todos trabalhamos com diferentes estatísticas em relação a egressos e afins. Isto de que uma criança uruguaia que nasce hoje, aos dezoito anos, alcança 60 % do seu potencial produtivo, pessoalmente é a primeira vez que ouço. Parece-me que é uma forma bastante gráfica de pôr isso sobre a mesa.

Em suma, acho que, a partir desta comissão, nisto em que o consenso foi tomado como um fato, parece-me que todo o sistema político que aqui está representado tem uma dívida importante em relação à discussão que se der nos anos seguintes. Parece-me que aí há um espaço para trabalhar a partir desta comissão específica.

Muito obrigada.

SENHOR VALDOMIR.- Somo-me ao agradecimento à delegação. O relatório foi muito completo. Esperamos já tê-lo em uma versão final para poder fazer uma leitura mais aprofundada.

Quero formular duas perguntas específicas sobre dois aspectos para saber como vocês os visualizam, embora estejam mencionados ali como indicadores e possíveis áreas críticas a aprofundar na análise.

Minha primeira pergunta se relaciona com o tema do limitado espaço fiscal. É algo que tanto o Governo atual quanto os anteriores enfrentaram como o principal condicionante para a aplicação de políticas públicas. Em que sentido há espaço para ampliar a discussão neste setor em relação à questão tributária? Muitas vezes, quando se fala da qualidade dos serviços públicos no nosso país, diz-se que são de caráter amplo, sobretudo no que tem a ver com a universalização do acesso à água potável, mas com tributos que ainda são muito reduzidos em relação ao tamanho da população e à necessidade que temos para universalizar outros serviços públicos básicos, particularmente no que tem a ver com saneamento e acesso a transporte sustentável ou equitativo para o conjunto da população. Enquanto não se abordar uma discussão a respeito do aumento da arrecadação tributária, é difícil pensar em dispor de outras fontes de financiamento para a ampliação dos serviços públicos. A discussão tributária, como entra nesta análise institucional que vocês realizam?

E a segunda pergunta versa sobre algo que está vinculado ao anterior. Vocês marcaram uma forte preocupação em potencializar o reingresso da mulher no mercado de trabalho, e isso anda muito de mãos dadas com políticas públicas destinadas ao sistema de cuidados. Como todos sabemos, a aplicação de sistemas de cuidados são políticas

que requerem um alto nível de recursos. Isso também faz parte de um debate que se relaciona com o espaço fiscal que cada Governo tem para aplicar esse tipo de política. Mas, sem entrar na parte especificamente relacionada ao financiamento dos sistemas de cuidado, gostaria de saber se vocês visualizaram questionamentos, por exemplo, ao próprio conceito de diferença salarial de gênero. Dou este exemplo porque hoje estamos na antessala de projetos de lei relativos ao estímulo da maternidade ou do ingresso da mulher no mercado de trabalho, mas temos limitações no mercado laboral que fazem com que a mulher, por sua própria dinâmica vital, tenha que enfrentar pedágios e obstáculos para conseguir uma paridade salarial em relação aos trabalhadores homens, e isso é, em certo sentido, o que pode estar limitando mais o aumento demográfico que também foi assinalado.

Minha pergunta concreta é se vocês visualizaram – entre os atores que consultaram – algum questionamento ao conceito de «diferença salarial de gênero», porque no sistema político, em alguns casos, ficamos surpresos pelo fato de haver gente que discute sobre isso, quando no mundo todo tem uma dimensão bastante comum e é muito utilizado para ilustrar as diferenças entre homens e mulheres no que diz respeito ao rendimento no mundo do trabalho.

Muito obrigado novamente.

SENHOR PRESIDENTE.- Naturalmente, poderão ser dadas as respostas e os comentários que se entenderem pertinentes nos quinze minutos que nos restam, sem prejuízo de que depois, por e-mail ou outras vias, possamos continuar aprofundando essas perguntas ou observações.

Uma pergunta concreta que vou fazer é a respeito do que colocaram no início sobre – acreditei ter entendido – o fim de uma situação de bônus demográfico. Quero saber a que se referem.

Em segundo lugar, dado que observavam a necessidade de adaptação de instituições trabalhistas, gostaria de saber se têm alguma precisão a fazer sobre esse assunto.

SENHOR GIULIANO.- Muito obrigado pelas perguntas e pelos comentários feitos. Acho que grande parte deles é dirigida à minha colega Lourdes Rodríguez. Talvez o consenso sobre a reforma da educação seja um ponto-chave. Dá a sensação de que todos reconhecem que a educação no Uruguai hoje é um problema e que é preciso reformar; isso também dizíamos em 2015 e cinco anos depois estamos na mesma situação, dado que não houve mudanças relevantes. Então, dá a sensação de que é preciso fazer algo porque é um tema importante, mas a urgência não está presente. Portanto, reconhecer algo como importante não significa priorizá-lo como urgente. No tema da educação, acreditamos que as duas coisas coincidem: é importante e é urgente – assim colocamos no relatório –, mas, talvez, no Uruguai essas duas coisas ainda não estejam alinhadas ou a economia política da reforma ainda tenha um trecho a percorrer.

Minha colega Lourdes Rodríguez poderá abordar alguns pontos sobre inclusão afro, bônus demográfico e lacunas de gênero, entre outros.

SENHORA RODRÍGUEZ.- Muito obrigada pelos comentários e perguntas; vou tentar abarcar todos os temas que foram colocados.

Com respeito à situação demográfica, tanto a baixa natalidade quanto o envelhecimento da população, quando dizemos que há certa urgência em aproveitar os recursos humanos e comentamos que o Uruguai está na última etapa do bônus demográfico, referimo-nos à divisão do total da população que está em idade de trabalhar – a que é considerada economicamente ativa – em relação a quantos são economicamente não ativos e, portanto, podem ser considerados população dependente. Então, o bônus demográfico, enquanto a população economicamente ativa for maior que a dependente, nos deixa...

(A conexão via Zoom é interrompida).

—... digamos, alguma possibilidade de poupança, sendo que, conforme a população vai envelhecendo e há poucos nascimentos, serão mais os que ficam dependentes de cada uma das pessoas que participam ativamente do mercado de trabalho. É aí que algumas das políticas, dos desafios que identificamos, têm caráter de urgência; certamente, o uso do talento da população economicamente ativa e das mulheres, que são as que representam a maior proporção da população fora do mercado de trabalho atual.

Que políticas poderiam mudar essa situação? Têm muito a ver com as políticas de conciliar o trabalho e as atividades fora do lar com a família, ou seja, com as atividades dentro do lar. E isso tem três categorias: a primeira é o sistema de cuidado infantil que já foi mencionado. Embora seja verdade que se requerem recursos para ter um sistema de provisão de cuidados para as crianças antes da idade escolar, também se deve ver a parte econômica, o que denominamos «a economia do cuidado». Devemos ver quantos empregos são gerados nessa provisão de cuidados e em que tipo de modalidades isso pode ocorrer, porque nem sempre a provisão e o financiamento público estão por trás desses sistemas. Globalmente, temos diferentes modalidades em que se pode fazer uma combinação de subsídio público e provisão privada que faz essa economia dos cuidados, bem como também evoluir para a criação de emprego e menor recurso público investido.

A segunda categoria são os incentivos ou estímulos fiscais, por exemplo, para as famílias numerosas. Em vários países desenvolvidos isso funcionou bem no sentido de incidir tanto na natalidade quanto na parte da participação das mulheres no mercado de trabalho. Ou seja, há uma maior paridade entre homens e mulheres.

Na terceira categoria estão as licenças-maternidade e -paternidade e as licenças parentais; todas elas são importantes. O Uruguai é um dos países que está na vanguarda no que diz respeito ao que existe e ao que se pode acessar, como, por exemplo, a

licença de meio período, que talvez não tenha o uso que poderia chegar a ter, já que apenas 4 % dos homens no Uruguai utilizam esse benefício.

Todas essas políticas se combinam também com as normas sociais. Claramente, há diferentes vias para abordar esses desafios e os importantes desequilíbrios intergeracionais no Uruguai.

Já para finalizar, queremos mencionar algo a respeito da população afro-uruguaia. Há um relatório dos nossos colegas da equipe de inclusão social no qual vemos bem a fundo as condições atuais da população afro-uruguaia e as lacunas que ainda existem. Com prazer podemos enviar a vocês esse relatório, que realmente contém dados muito interessantes.

Muito obrigada.

SENHOR GIULIANO.- Mencionou-se o tema dos impostos e gostaria de me referir brevemente a ele.

Nós não falamos especificamente de impostos nem de gastos como um todo. No relatório mencionamos especificamente a questão das pensões como um dos temas prioritários relacionados à demografia. Não falamos de todo o sistema fiscal, tanto gastos quanto receitas, não focamos nisso, e é claro que temos, sim, outras análises de gasto público nas quais tentamos ver esses temas.

Em geral, o Uruguai não tem uma média de receitas muito baixa para o seu nível de desenvolvimento; no entanto, pensemos que, à medida que o país avança em seu processo de desenvolvimento, a razão gasto sobre PIB aumenta. Quando olhamos os diferentes países – isto é um dado empírico – observamos que, se esse aumento do gasto sobre o PIB não é acompanhado por um aumento da receita sobre o PIB, claramente geram-se problemas fiscais que impedem esse processo de crescimento. Então, naturalmente, nesse processo de desenvolvimento, essas duas variáveis, gasto e receita, deveriam andar de mãos dadas. Como resposta específica à pergunta, dizemos que não temos dados de receitas tributárias neste relatório. Pergunto a Marcos Larizza se tem algo a dizer a respeito desse trade off entre instituições trabalhistas e competitividade.

SENHOR LARIZZA.- Não há outros comentários.

SENHOR GIULIANO.- Sobre esse ponto, nesse diagnóstico institucional, as instituições trabalhistas surgem como um ponto forte no Uruguai. Esse é um aspecto positivo, mas quando olhamos pelo lado da competitividade, às vezes se marca esse trade off, como dizemos os economistas, entre o objetivo de ter uma institucionalidade trabalhista forte e, ao mesmo tempo, a flexibilidade para se ajustar a diversas realidades setoriais e a empresas. Isso também se relaciona com os novos desenvolvimentos tecnológicos e as novas demandas de proteção social mais ajustadas ao século XXI e não tanto ao esquema de proteção trabalhista do século XX, ao qual o Uruguai parece estar mais apegado. Essa força da institucionalidade trabalhista do Uruguai vem muito de mãos dadas com o que

era um padrão de trabalho que está sendo desafiado nestas últimas décadas por questões que têm a ver com temas demográficos e tecnológicos e não temos uma resposta. Então, o desafio aí é tentar atualizar essa institucionalidade trabalhista para levar em conta ou incluir esses aspectos que dinamizem a competitividade sem afetar o que acreditamos ser parte do núcleo desse consenso social forte e sólido que o Uruguai tem e que nós vemos como uma força.

SENHOR PRESIDENTE.- Agradecemos muito a apresentação, o resumo e o relatório, e naturalmente ficaremos na expectativa da apresentação do relatório final.

(A conexão via Zoom é suspensa).

–Eu propunha que reservássemos alguns minutos para conversar com a presidenta do Banco Mundial, Celia Ortega, porque gostaria de compartilhar algumas das propostas ou ofertas que nos fizeram chegar para o trabalho futuro desta comissão. Primeiro, quero agradecer à senhora Ortega sua disposição para trabalhar conosco, a apresentação do projeto e o relatório «Justo a tiempo», que recomendo especialmente porque tem a ver com temas mais prospectivos e com os desafios que se colocam.

Também quero me referir a alguns outros instrumentos de que vamos precisar e com os quais talvez possamos contar com a colaboração do Banco Mundial, por exemplo, a possibilidade de ter uma plataforma que nos permita fazer um intercâmbio com a cidadania sobre os temas que vamos abordando. Lembrarão que aí está um dos desafios, além do trabalho com especialistas, porque também temos que dar espaço ao intercâmbio e à inteligência coletiva, com a contribuição da sociedade civil. A senhora Celia Ortega nos comentou a possibilidade de o banco poder nos oferecer uma ferramenta desse tipo e talvez algumas outras, sobretudo nos acompanhar nesse processo.

Quero agradecer e compartilhar estas palavras.

Não sei se têm alguma pergunta ou desejam fazer algum comentário sobre isso. Talvez a senhora Celia Ortega possa ampliar um pouco mais.

SENHORA ORTEGA.- Muito obrigada novamente por nos receberem e nos darem a oportunidade de fazer este teste de base.

É verdade que temos pensado nesse conceito – que felizmente colocamos preto no branco –, e tenho algo para compartilhar sobre a ideia que o senhor colocava quanto a como vamos pensar o trabalho do futuro, nós ou vocês nesta sala. Acho que não é preciso fazer muita matemática para perceber que a média de idade é bastante alta e estamos falando do trabalho do futuro. Isso me parece um grande desafio sem escutar os que vêm atrás, os que estão entrando no mundo do trabalho, estudando e, por que não, inclusive pessoas de meia-idade que daqui até a hora de se aposentar têm pela frente vinte ou vinte e cinco anos e sabem que vão ter

que se transformar. Foi quando coloquei ao presidente desta comissão, legislador Goñi, como abrir essa janela para escutar, para ver como é o mundo lá fora, não só em Montevideu, mas um pouco mais longe, e para que nos digam como eles veem o futuro.

Outro dia eu conversava com um colega uruguaio e ele me dizia que tinham feito uma pesquisa em La Teja com crianças de dez anos para ver o que queriam ser quando crescessem, e as quatro profissões preferidas eram policial, militar, jogador de futebol e youtuber. As primeiras eram quase esperadas porque é um trabalho público, seguro – reconheço –, jogador de futebol é óbvio, mas o youtuber não esperavam; há cinco anos ninguém sabia o que era isso. Então, pensemos que esta plataforma pode ser de vocês – não sei se querem usá-la – para que seja de mão dupla, para dialogar, ou pelo menos abrir essa janela e escutar como estudantes, trabalhadores, em diferentes âmbitos, veem o trabalho do futuro, e para que esta iniciativa realmente tenha talvez essa amplitude que vocês querem lhe dar.

Por isso nos oferecemos humildemente com essa assistência técnica para poder complementar o que os colegas da Unesco e do PNUD já estão oferecendo, a fim de abrir essa janela para o mundo que esperamos que seja em duas direções: de mão dupla.

SENHOR PRESIDENTE.- O que acham?

SENHOR OLMOS.- Boa tarde.

Parece-me muito bom, mas o medo que tenho é que essa janela esteja tão aberta que seja inabarcável, como acontece com as iniciativas legislativas que o então legislador Lema impulsionou desde a presidência da Câmara dos Representantes, que chegam dos mais diversos temas, dos mais diversos graus de seriedade ou profundidade e que depois são um tanto difíceis de processar. Talvez fosse preciso pensar um pouco em termos de delimitá-lo matematicamente ou dizer, por exemplo, este ano vamos trabalhar neste tema, ou algo similar, porque o futuro tem uma variabilidade tal que pode ser pouco útil.

SENHOR PRESIDENTE.- Vamos fazer uma agenda e iremos definindo um tema por ano – como a lei nos determina –, e dessa maneira haveria uma delimitação. A representante do Banco Mundial nos informava sobre a possibilidade de que, de alguma maneira, esse intercâmbio fosse orientado, ou seja, com determinado público e forma, porque a instituição já desenhou e ofereceu essas ferramentas a outros Governos. Portanto, sobre esses limites ou essa orientação já há experiência de como fazê-lo. Naturalmente, com isso iremos pelo método de tentativa e erro. Essa dimensão implica, também, experimentação e inovação. Essa ferramenta, que certamente o Parlamento usou para um determinado objetivo, também teve seu aprendizado – como acho que todos observamos –, mas, neste tema, talvez seria a forma mais econômica – no sentido mais profundo do termo – para poder fazer esse intercâmbio. Talvez outras formas fossem ainda mais inabarcáveis.

Em suma, se lhes parece bem, poderíamos avançar e, quando tivermos algo mais definido, analisamos.

SENHORA ORTEGA.- Poderíamos enviar uma nota com o conceito das atividades que poderiam ser abrangidas, a fim de compartilhá-lo e discuti-lo como uma forma de retroalimentação.

SENHOR PRESIDENTE.- De acordo.

Fazemos um breve intervalo enquanto esperamos a próxima delegação.

(Suspende-se momentaneamente o registro taquigráfico).

—A comissão resolveu que não vai se reunir no próximo dia 30 de novembro, mas que vai, sim, organizar e participar do evento a ser realizado na próxima segunda-feira, 6 de dezembro, oportunidade em que será assinado um convênio entre a Assembleia Geral e o PNUD, precisamente para propiciar, autorizar e possibilitar um apoio deste último à comissão, que se traduzirá em uma secretaria e uma assessoria técnica.

Em consequência, acorda-se definir um grupo representativo dos partidos – a coalizão de governo e a oposição – para avançar com o PNUD.

Cabe passar ao terceiro item da pauta e, como nele se indica, receber a delegação da República da Finlândia, atendendo ao pedido de serem recebidos por esta comissão assessora para se inteirarem do nosso trabalho e trocar ideias sobre temas de interesse comum entre o Uruguai e a Finlândia.

(Ingressa na sala a delegação da República da Finlândia).

— Damos as boas-vindas à embaixadora da República da Finlândia na Argentina, Kirsi Vanamo-Santacruz, ao cônsul honorário Andrew Cooper Gibson e às conselheiras Emilia Ahvenjärvi e Tarja Laaksonen, a quem agradecemos especialmente esta visita.

Como transmitimos por meio do Consulado no Uruguai e do nosso embaixador na Finlândia, esta Comissão Especial de Futuros, que foi posta em marcha há muito pouco tempo, teve como modelo inspirador a Comissão para o Futuro do Parlamento da Finlândia, que não só nos inspirou, como também aspiramos a poder aprender muito com esse processo. Parabenizamos os senhores porque esse processo que fizeram na Finlândia marcou um caminho para outros parlamentos, que hoje, neste século XXI, é necessário percorrer. Ninguém escapa da característica comum –porque é global– das mudanças aceleradas, que já não podem ser abordadas por trás, mas devem procurar ser antecipadas para nos prepararmos e, fundamentalmente, para tomarmos hoje as medidas que nos permitam aproveitar melhor o que vem, e é disso que se trata.

A isso se deve o nosso interesse especial em poder contar com a colaboração dos senhores. Desde o primeiro momento recebemos uma carta do presidente do Comitê para o

Futuro da Finlândia, que lemos no evento de abertura. Naturalmente, agradecemos muitíssimo a visita dos senhores porque, reitero, é nosso desejo, nosso interesse, poder aprender muito com a Comissão para o Futuro do Parlamento finlandês, que é um sistema que integrou os diversos atores da Finlândia.

SENHORA VANAMO-SANTACRUZ.- Muitíssimo obrigada. É um enorme prazer para mim, para minha equipe da Embaixada da Finlândia em Buenos Aires e também para o nosso consulado honorário aqui, em Montevideu, poder visitá-los.

Faz muito tempo que não podemos nos visitar por causa da pandemia e das restrições, mas felizmente agora já é possível. Também é uma grande honra para mim visitar o Parlamento uruguaio e ter esta reunião com a Comissão Especial de Futuros.

O Uruguai é um parceiro muito importante para a Finlândia. Compartilhamos os mesmos valores e temos uma conexão mútua no sentido de que somos países pequenos com vizinhos muito maiores.

Agradecemos a sólida cooperação que nossos países têm no âmbito multilateral. Num momento em que o multilateralismo e a importância dessa ordem mundial baseada em regras são cada vez mais questionados, parceiros como o Uruguai são muito valiosos para a Finlândia.

Nossos países também compartilham uma relação única nos aspectos econômico e comercial. Os investimentos que as empresas finlandesas relacionadas à fabricação de celulose e papel fizeram no Uruguai são excepcionais do ponto de vista finlandês. Nesse sentido, queremos agradecer ao Parlamento e ao Governo do Uruguai pela excelente cooperação com nossas empresas.

Também esperamos aprofundar nossa cooperação em áreas como, por exemplo, a digitalização, a cibersegurança, a inteligência artificial, a bioeconomia e a economia circular, bem como em educação, ciência e soluções sustentáveis para a construção com madeira. Fico feliz que nesses setores já tenhamos muita cooperação e muitos projetos concretos entre o Uruguai e a Finlândia.

Congratulo-me por terem se inspirado na Comissão para o Futuro do Parlamento finlandês e teria muito interesse em conhecer o funcionamento e os planos que vocês têm nesta comissão.

Mais uma vez quero dizer a vocês: muitíssimo obrigada!

SENHOR PRESIDENTE.- Muito obrigado, senhora embaixadora.

Nós estamos apenas começando o caminho. Aprovamos a criação desta comissão parlamentar, que tem suas características de inovação, tanto em sua metodologia quanto em sua composição, já que é bicameral. Aqui há senadores e

deputados de todos os partidos e decidimos abrir este espaço com um horizonte temporal mais amplo, voltado para os desafios das mudanças que se aceleraram no século XXI, alguns dos quais – talvez os mais importantes – a senhora embaixadora já enumerava. Naturalmente é preciso levar em conta os desafios da transformação digital que mudaram tudo, não somente no aspecto econômico, mas também no educacional, cultural e social. As relações e a convivência hoje são impactadas, no positivo e no negativo, pelo digital; indubitavelmente isso também nos coloca o desafio de saber até onde pôr limites diante do que o Parlamento se dedicou a regular desde o seu início e do que nós fizemos a respeito do que acontece no mundo físico. Atualmente existe essa discussão, esse debate: até onde convém pôr esses limites e também essas orientações neste mundo digital que, naturalmente, ainda é muito novo, mas que por sua vez nos exige antecipar o que vem. A rapidez dessas mudanças, sobretudo por causa das novas gerações, nos exige uma visualização, não com uma metodologia de adivinhos, mas com prospectiva e antecipação, como as que hoje estão sendo desenvolvidas no mundo e que estas comissões de futuros de alguma forma adotam e praticam, onde há vigência coletiva. No Parlamento e no país contamos com a totalidade dos especialistas que convocamos ou os principais especialistas nas diferentes áreas – sobretudo científica e tecnológica – que já nos expressaram sua vontade de participar. Realmente foi um respaldo muito importante contar com essa disposição. Nas primeiras atividades contamos com eles, com os especialistas mais prestigiados e os empreendedores tecnológicos que no Uruguai hoje conseguiram se destacar no mundo. Também já temos os principais unicórnios de empreendedores uruguaios, que estão dispostos e de fato arranjam tempo para trabalhar com esta comissão. Assim, nesse primeiro evento contamos com todos eles e além disso está claro que temos que fazer essa colaboração com caráter global. Há muitos desafios que temos que abordar entre todos; o mais fácil de entender é o climático, porque o mundo é um só. Talvez alguém possa pensar em ir para outro planeta, mas a maioria de nós prefere ficar aqui porque pensamos que é muito mais bonito do que qualquer outro que possamos conhecer.

Esse cuidado, naturalmente, tem que ir de forma harmônica e compatibilizada com o desenvolvimento econômico e produtivo. Acho que a forma como pudermos orientar esse desenvolvimento científico e tecnológico terá suas boas ou más consequências a partir do cuidado com o nosso planeta. Acho que aí está o principal desafio.

Naturalmente, senhora embaixadora, nesta comissão parlamentar há outros desafios tecnológicos que têm a ver com a sustentabilidade do sistema democrático tal como o conhecemos. Não podemos ignorar que essa irrupção tão forte das plataformas tecnológicas também põe em xeque, em alguma medida, pelo menos a forma de convivência democrática que viemos desenvolvendo nas últimas décadas. Quem desenha a agenda e quem tem a possibilidade de censurar são temas importantes demais para o sistema democrático para serem deixados de lado. E este âmbito que integramos paritariamente todos os partidos políticos foi formado por nós para abordar esses temas. Aí sim, não somente com uma extensão temporal mais ampla, mas também com maior magnanimidade e grandeza se quisermos abordar com sucesso temas que são de médio e longo prazo – a maioria de cujos efeitos talvez nós não vejamos,

embora haja legisladores mais jovens –, aspira-se a que as próximas gerações de alguma maneira possam contar com ferramentas e com certas orientações que nos permitam continuar tendo um mundo com todo o desenvolvimento científico e tecnológico, mas humano. Isso não se faz espontaneamente, pois sabemos muito bem – a história nos demonstrou – que a espontaneidade tem as duas faces; e a cidadania nos eleger para buscar e dar garantias de que esse desenvolvimento humano possa continuar se concretizando. Acho que a enorme maioria dos cidadãos do mundo está exigindo que os Parlamentos abordem esse desafio, no sentido de consolidar a democracia e esse desenvolvimento humano sustentável. E reitero: é tal a força e a intensidade dessas mudanças que não se pode ingenuamente deixar ao sabor da espontaneidade efeitos que sabemos repercutir na sociedade inteira, mas sobretudo nos mais vulneráveis. Todos sabemos que essas mudanças, com mais facilidade ou menos dificuldade, podem ser aproveitadas pelos que têm mais recursos, não pelos que têm menos, e se os Estados, por exemplo, não abordarem uma educação para estes novos tempos, os fenômenos de marginalização, de exclusão, talvez voltem a resultados que fazia muito tempo não víamos e que a humanidade fez de tudo para superar. Temos claro que, se não se fizerem essas mudanças, os resultados não serão como todos queremos. Então esse é o grande desafio!

Nós estudamos e analisamos a temática que ano a ano a Comissão para o Futuro do Parlamento da Finlândia vem abordando, e são os temas que nós também queremos abordar. Aqui está claro que o grande avanço de todos esses fenômenos se dá na colaboração, e o mundo da Internet, o mundo digital, nos facilita essa colaboração que, naturalmente, os parlamentos também têm que aproveitar. A União Europeia tem seus espaços de colaboração e a América Latina também, embora um pouco menos. Parece-me que nesses temas a regionalização não faz muito sentido como espaço separado, porque cada vez mais os desafios são globais. Este é o nosso interesse e, como a senhora embaixadora saberá, já temos uma videoconferência programada para o mês de março. Em janeiro e fevereiro temos recesso e em março começamos um novo período legislativo. Pareceu-nos que era o melhor momento porque, além disso, estamos definindo a secretaria e a assessoria técnica, estamos formando um grupo de especialistas permanentes nas diferentes áreas científicas e tecnológicas, incluindo, é claro, todos os institutos de pesquisa e as universidades do nosso país. Talvez esse trabalho coordenado entre as comissões de futuros dos parlamentos possa contribuir para um aprofundamento dessas outras instâncias de relacionamento que a senhora mencionou no começo, que conhecemos e, é claro, incentivamos, em nível universitário e de atividades econômicas. Nesse sentido, os últimos investimentos finlandeses, especialmente o da UPM, têm uma envergadura muito importante para o nosso país e aí também se gera uma enorme quantidade de possibilidades, desde as fundações que foram criadas em torno desse investimento até o desenvolvimento produtivo com base em matéria-prima tradicional, mas também com um forte agregado tecnológico, como, por exemplo, o que a senhora mencionava sobre o uso da madeira. Como a senhora assinalou, nosso país é pequeno, de pouca população, e não temos por que duplicar esforços. Quando visitamos o Consulado expressei que a nossa disposição e vontade era propiciar espaços que sejam sinérgicos e não blocos que não se comuniquem entre si. Se ajudar, naturalmente poderemos continuá-los. Em

certos casos alguns relacionamentos poderão andar em outro ritmo e, é claro, isso será bem-vindo. Esta é a nossa disposição.

SENHOR MELAZZI.- Cumprimentamos a embaixadora e a delegação.

Simplesmente queremos fazer uma observação. Como se sabe, no sistema educacional a Finlândia se destaca em nível mundial. É um país em que a qualidade educacional fala por si só, e que melhor do que aproveitar que a embaixadora está presente para que na comissão algum especialista de referência na área educacional da Finlândia possa nos ilustrar sobre o sucesso que tiveram nos últimos trinta anos, bem como qual foi o compromisso social e político que assumiram para ter uma única linha de governança e, em suma, para que sejam políticas públicas que possam ter continuidade e, independentemente dos partidos políticos que nos governem, se possa ter esse tipo de continuidade. Há um tema cultural muito arraigado que é diferente, e acho que esse poderia ser um dos motivos. Não somos técnicos nesse tema, senhor presidente, mas seria interessante que algum dia pudéssemos ter especialistas de referência da área educacional da Finlândia – talvez via Zoom – que nos contem um pouco suas experiências e que isso seja utilizado como um insumo para trabalhar pelo bem das crianças, que é onde se joga a nossa vida. Dentro das semelhanças que temos com a República da Finlândia, acho que não seria tão descabido ouvir esses técnicos para que nos ilustrem e para que possamos continuar trabalhando pelo futuro e pelo desenvolvimento que todos queremos para a nossa sociedade.

SENHOR PRESIDENTE.- Tivemos conhecimento da presença de especialistas em educação da Finlândia nestas últimas semanas, mas – como coloca o legislador Melazzi – precisamos ter no âmbito parlamentar uma visão mais política, além da de especialista, porque de alguma maneira a Finlândia – segundo o que pudemos conhecer – conseguiu também um consenso em nível parlamentar, inclusive para as modificações de currículos que no Uruguai custam tanto. Essa é a visão que o legislador colocou, porque este é o âmbito onde podemos abrir nossas cabeças, porque nos custou introduzir esses processos de reforma que, é claro, pelo menos nos aspectos técnicos, são inquestionáveis. A educação digital em todas as suas dimensões é absolutamente imprescindível neste mundo; ainda temos um longo caminho a percorrer e naturalmente aí está o nosso desejo de conhecer a experiência da Finlândia.

SENHORA VANAMO-SANTACRUZ.- Muito obrigada.

Por sorte vim acompanhada da minha conselheira econômica e científica, a senhora Emilia Ahvenjärvi, e, se o senhor presidente me permitir, passo a ela a palavra.

SENHORA AHVENJÄRVI.- Acho que a embaixadora quis dizer conselheira de Ciências e Educação.

Trabalho nesta missão diplomática em Buenos Aires, mas sou representante do Ministério da Educação e Cultura da Finlândia na América Latina, de modo que minha área de trabalho é mais ampla. Fiz várias apresentações perante muitos Governos e

ministérios da Educação. Quando vocês quiserem organizar esse tipo de apresentação, podemos perfeitamente fazê-lo e inclusive, se desejarem, convidar funcionários ou diretores do nosso Ministério da Educação, da nossa Agência Nacional de Educação; vai depender da amplitude do evento que queiram organizar.

Nossa presença nas últimas semanas aqui em Montevideu com outras especialistas em Educação foi notada pela imprensa. Acho que há projetos em andamento por parte do Ministério da Educação e Cultura e da ANEP que estão muito bem encaminhados, segundo as informações que tenho, pois justamente visam renovar a formação docente. É uma chave muito importante na qualidade da educação e para reformar o marco curricular nacional dos diferentes níveis educacionais, desde a educação infantil até o ensino médio.

Um dos pontos que vejo é que no Uruguai muitas vezes custa dar o passo para a mudança e – eu diria – no futuro o trabalho curricular está em passar a um processo cíclico, e não é decisão de um Governo, mas de um trabalho constante em que se avalia se o currículo que está sendo implementado responde aos requisitos daquele momento e do que virá. É óbvio que sempre deve haver uma decisão parlamentar para realizar a mudança, mas é necessário que ela responda a um processo que esteja em andamento constantemente.

O atual marco nacional curricular da Finlândia, que entrou em vigor em 2016, está sendo constantemente avaliado. Não é um manual para a eternidade, porque provavelmente em algum tempo teremos que definir um novo currículo que nos leve um pouco mais adiante em termos de competências, habilidades e conhecimento que serão exigidos daqui a alguns anos ou décadas.

Quanto à renovação da formação dos docentes, imagino que será preciso fazê-la passo a passo. É um processo longo, mas, da Finlândia, acreditamos que devemos ter uma base em pesquisa científica, porque, se os docentes não têm essa formação e esse nível, não podem ser profissionais suficientemente respeitados e independentes para realizar um trabalho de grande importância e reconhecido pela sociedade.

SENHOR PRESIDENTE.- Muito obrigado, conselheira, a exposição foi muito clara.

Esses são temas que indubitavelmente têm outro grau de urgência; antes tudo era mais lento, tínhamos mais tempo, mas agora essas mudanças naturalmente precisam ser resolvidas e implementadas em prazos muito mais curtos e esperamos que as novas gerações realmente possam aproveitar seu potencial.

De alguma forma este é o nosso interesse: poder trazê-los a este espaço para que possam transmitir sua experiência aos demais colegas parlamentares. Na ocasião, propusemos à Tarja Laaksonen, e reiteramos, nosso interesse em repetir a visita que veio da Finlândia. Acho que vieram mais de uma vez, mas lembro de uma oportunidade em que compareceu uma delegação importante do Parlamento finlandês, sobretudo

integrada por membros da Comissão para o Futuro. Então, seria bom poder coordenar uma visita, sem interferir naturalmente com esse evento tão importante que vocês estão programando para outubro. Gostaríamos de voltar a recebê-los, por dois ou três dias, para fazer esse intercâmbio. Inclusive, estamos pensando que, se essa visita se concretizar, poderíamos convidar representantes de outros parlamentos da nossa região. De fato, estão se formando muitas comissões de futuros em muitos países da América Latina e estamos conversando para fazer juntos esse processo de aprendizagem. Nesse sentido, gostaríamos – falo da nossa parte e também dos Parlamentos da América Latina – de fazer um encontro aqui também com alguns membros da Comissão para o Futuro da Finlândia, obviamente respeitando esse processo que vocês estão programando para outubro. Talvez pudéssemos fazê-lo depois desse evento. Nós temos essa diferença de estações, o que nos permite também coordenar aí, mas oficialmente e de maneira formal queríamos, da nossa parte, fazer esse convite de visita ao Uruguai, em um encontro também com outras comissões parlamentares da América Latina, com as quais já estivemos conversando.

SENHORA VANAMO-SANTACRUZ.- Parece-me uma ideia muito boa e interessante. Isso seria no ano que vem? Pelo que entendi, há um evento na Finlândia e vocês disseram que receberam o convite da Comissão para o Futuro da Finlândia.

SENHOR PRESIDENTE.- Anunciaram-nos que estamos convidados para esse evento de outubro.

SENHORA VANAMO-SANTACRUZ.- Exato. Então é no ano que vem. Claro que essa ideia de organizar algo regional me parece muito interessante, e vou passar esta mensagem ao Parlamento finlandês, como uma ideia e um pré-convite. Vocês vão ter a possibilidade de ir à Finlândia ou ainda não tomaram a decisão? Talvez isso dependa da situação.

SENHOR PRESIDENTE.- Nós já temos a definição de participar, pois nos interessa especialmente. Como é natural, recebemos esse anúncio da Embaixada quanto à possibilidade de participar e, em princípio, se esta pandemia nos deixar, iríamos com uma delegação desta Comissão Especial de Futuros.

SENHORA VANAMO-SANTACRUZ.- Fico feliz.

SENHOR PRESIDENTE.- Se ninguém mais deseja fazer algum outro comentário, observação ou colocação, acompanharemos os integrantes da delegação em uma visita ao Parlamento uruguaio.

SENHORA VANAMO-SANTACRUZ.- Haveria muitíssimas outras coisas muito interessantes para conversar, por exemplo sobre inteligência artificial, e a senhora Ahvenjärvi também sabe muito sobre isso, mas talvez seria temática para algum outro evento em relação às comissões de futuros. Na Finlândia há conhecimento nessa área também, então estamos à disposição de vocês.

Muitíssimo obrigada por esta reunião.

SENHOR PRESIDENTE.- Muito obrigado a vocês.

Encerra-se a sessão.

(São 16h19).

Montevideu, Uruguai. Poder Legislativo.